



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA-GERAL (T5-DG-AJ)

PARECER Nº 113/2023

Processo Administrativo n.º 0003737-78.2023.4.05.7000.

Pedido de Autorização de Despesa - PAD 67/2023. Contratação direta por inexigibilidade de licitação da empresa ASSOCIAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING.

1. Inscrição de Servidores no evento “Escrever Criativamente em Comunicação: da Publicidade ao Jornalismo”, que realizado na modalidade on line pela Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) no período de 25 de abril a 04 de maio de 2023 e carga horária total de 12 (doze) horas.

2. Escolhas do prestador e do preço devidamente justificadas.

3. Parecer favorável com fundamento no art. 25, inc. II, c/c o art. 26, parágrafo único, incs. II e III, ambos da Lei 8.666/1993.

1. Relatório.

O presente processo administrativo foi encaminhado a esta Assessoria Jurídica para análise e aprovação de solicitação oriunda do Pedido de Autorização de Despesa - PAD 67/2023 (doc. 3410041), cujo objeto consiste na inscrição dos Servidores Débora de Oliveira Lôbo Crispino (mat. 1220); Isabelle de Almeida Câmara (mat. 1137); Juliana Gouveia Galvão (mat. 880); Maria Eduarda Soares Pestana (mat. 1296); Rachel Pacheco Hopper Guimarães Bertino (mat. 788) e Brenda Oliveira de Andrade (mat. 6852) - pertencentes ao quadro do TRF5; Emanuela Silva Ribeiro (mat. CE1807); Flávia Costa Barros Teixeira (mat. CE 1227) e Marcos Heleno Moura Filho (mat. CE 1057) - pertencentes ao quadro da SJCE; Najara Lima de Barros (mat. SE 5148) e Sheila Maria de Santana Amado (mat. SE 236) - pertencente ao quadro da SJSE; Juliana Feitosa de Sá - Supervisora de Comunicação (mat. PE 3527); Suzan Natally Vitorino Silva (mat. PE 3700); Tamara Milena Albuquerque Vieira (mat. PE 3177); e Vania Vidal Sampaio (mat. PE 2712) - pertencentes ao quadro da SJPE; Anna Ruth Dantas de Sales Ferreira Lima - mat. RN 658 e Ana Paula Moura Silva Oliveira – mat. RN 888 - pertencentes ao quadro da SJRN; Juliana Dantas Rocha - mat. JFPB 1048 e Camila Alves Nascimento - mat. PB 1152 – pertencentes ao quadro da SJPB; e Delane Barros dos Santos - mat. AL 5216 – pertencente ao quadro da SJAL, no evento “Escrever Criativamente em Comunicação: da Publicidade ao Jornalismo”, que realizado na modalidade *on line* pela Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) no período de 25 de abril a 04 de maio de 2023 e carga horária total de 12 (doze) horas.

Os autos foram regularmente instruídos com os seguintes documentos, anexados eletronicamente:

1. Solicitação de Participação em Evento de Capacitação (docs. 3392170; 3393476; 3394183; 3395861; 3397261 e 3397792);

2. Proposta comercial, Folder e Programação (doc. 3391115);

3. Termo de Compromisso, em conformidade com a Instrução Normativa DG 1/2015, faltando apenas a assinatura das Servidoras Maria Eduarda Soares Pestana e Emanuela Silva Ribeiro (docs. 3436653 e 3436813).

4. Certidões de regularidade fiscal e trabalhista da empresa ASSOCIACAO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (docs. 3410036 e 3436517):

4.1. Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com validade até o dia **30/07/2023**;

4.2. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, com validade até o dia **29/04/2023**;

4.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade até o dia **30/07/2023**;

5. Informação da Divisão de Desenvolvimento Humano justificando a escolha da empresa, bem como a participação dos Servidores no evento (doc. 3407384);

6. Projeto básico (doc. 3407391);

7. Pedido de Autorização de Despesa - PAD 67/2023 (doc. 3410041);

8. Solicitação de Empenho (doc. 3410048);

9. Informação da Divisão de Programação Orçamentária asseverando que a presente despesa possui adequação à Lei Orçamentária para o presente exercício e compatibilidade com o Plano Plurianual para os exercícios futuros e que a despesa será classificada nos seguintes termos (doc. 3411470):

Unidade Orçamentária (UO):		12.106		
Ação:		4257 – Julgamento de Causas na Justiça Federal		
Plano Orçamentário:		0002 – Capacitação de Recursos Humanos		
PTRES:		168460		
Exercício	Natureza da Despesa	Valor	Reserva	Centro de Custos
2023	339039.48	R\$ 5.472,00	2023 PE 000 117	NDRH

Unidade Orçamentária (UO):		12.101			
Ação:		4257 – Julgamento de Causas na Justiça Federal			
Plano Orçamentário:		0002 – Capacitação de Recursos Humanos			
PTRES:		168360			
Exercício	Natureza da Despesa	Valor	Reserva	Centro de Custos	
2023	339039.48	R\$ 12.528,00	2023 PE 000 116	NDRH-REG-SEÇÕES	

É o relatório. Passo a opinar.

2. Análise Jurídica.

Este opinativo não se manifestará sobre os aspectos técnicos e orçamentários do procedimento em epígrafe, restringindo-se tão somente à análise jurídica da contratação postulada.

Com efeito, será examinada a adequação do procedimento administrativo instaurado à legislação pátria e a documentação colacionada aos autos, nos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

2.1. Instrução Normativa Seges 05/2017. Estudo Preliminar e Projeto Básico da contratação.

A Instrução Normativa 05/2017 instituiu normas complementares ao Decreto n.º

2.271/1997, o qual dispunha sobre a contratação de serviços terceirizados na Administração Pública Federal.

É certo que o Decreto n.º 2.271/97 foi revogado pelo Decreto n.º 9.507/2018, entretanto, a referida Instrução Normativa 05/2017 continua aplicável como norma administrativa complementar ao Decreto n.º 9.507/2018, pois não foi expressamente revogada pelo órgão que atualmente detém a competência para complementar suas normas, qual seja, a Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

O art. 20 dessa Instrução Normativa 05/2017 prevê os Estudos Preliminares e o Projeto Básico como fases de planejamento necessárias à contratação de serviços terceirizados pela Administração Pública, ao passo que seu art. 24 determina o conteúdo que os Estudos Preliminares devem possuir.

Na esteira de tal diretriz normativa e voltando o olhar para o presente caso, analisando a Solicitação juntada aos autos pela unidade técnica requisitante - que é o Estudo Preliminar desta contratação - vê-se que estão satisfeitos, no que é cabível à natureza da contratação em foco, os requisitos exigidos pelo art. 24 da referida Instrução Normativa.

O Projeto Básico apresentado, por sua vez, preencheu os requisitos exigidos pelo art. 30 da Instrução Normativa naquilo que era cabível a um contrato de prestação de serviços técnicos profissionais especializados, voltado ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Desta forma, imperioso reconhecer que as etapas de planejamento da presente contratação foram devidamente cumpridas.

2.2. Contratação direta por inexigibilidade de licitação: art. 25, inc. II, da Lei 8.666.

Em regra, as obras, serviços, compras e alienações, da Administração Pública submetem-se à obrigatoriedade de realização do procedimento licitatório, nos termos do art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal.

As exceções consistem nas contratações diretas por dispensa de licitação, prevista no art. 24, e por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, ambos da Lei n.º 8.666/93.

No caso em exame, imperioso reconhecer o cabimento da contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inc. II, § 1º, c/c o art. 13, inc. VI, todos da Lei de Licitações e Contratos, por se tratar de inscrição de Servidores em treinamento. Senão vejamos:

A Lei 8.666 assim dispõe sobre a inexigibilidade da licitação, em seu art. 25, inc. II e § 1º:

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º - Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

Já o mencionado art. 13, da mesma lei, dispõe:

"Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;"

2.3. Inexigibilidade de licitação. Serviços técnicos profissionais especializados. Jurisprudência e Doutrina.

Nesse sentido, já se pronunciou o Tribunal de Contas da União na Decisão 439/1998, do Plenário, referente ao Processo TC 000.830/98-4:

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, decide:

1. considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93;

O serviço técnico profissional especializado, como o próprio nome sugere, resulta da conjugação de três elementos: a) técnico; b) profissional e c) especializado, a seguir identificados:

- O serviço técnico que difere do serviço de natureza comum – objeto de licitação pública -, exige, em síntese, a especialização, o toque pessoal, a particular experiência que implica no viés subjetivo da contratação, bem como na aplicação de metodologia própria e caráter científico;

- O serviço será profissional quando constituir-se objeto de uma profissão, ressalvando que a profissionalidade exige habilitação específica para a sua prestação, ou seja, o desenvolvimento das competências necessárias para o exercício de uma profissão;

- O serviço especializado, por sua vez, significa uma capacitação diferenciada, extraordinária, não disponível a qualquer profissional de conhecimento médio, mas sim, apenas àqueles capazes de solucionar problemas e dificuldades complexas.

Ainda sobre o tema, destaca-se a Súmula 252 do Tribunal de Contas da União:

Súmula 252: A inviabilidade de competição para contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da lei 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13, natureza singular do serviço e notória especialização do contrato.

Com efeito, o art. 25, inc. II, da Lei de Licitações não autoriza a contratação direta com base no simples fato de o serviço ser técnico e pressupor conhecimentos específicos por parte do prestador (pessoa física ou jurídica). É imprescindível que o serviço tenha natureza singular.

A qualificação do serviço prestado como de *natureza singular*, inclusive, já foi enfrentada pelo Tribunal de Contas da União, que emitiu a Súmula 264/2011, cujo teor passo a transcrever:

Súmula 264: A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

O conceito de singularidade não deve abranger apenas o único, inédito ou exclusivo, mas também aquele que se afasta do corriqueiro, ou do dia-a-dia da Administração Pública, compreendendo uma situação diferenciada, com acentuado nível de segurança e cuidado e, exatamente por isso, se mostra especial e o mais adequado à pretensão da Administração.

2.4. Inscrição de Servidores no “Escrever Criativamente em Comunicação: da Publicidade ao Jornalismo”, que realizado na modalidade *on line* pela Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

No caso trazido à apreciação, a Divisão de Desenvolvimento Humano considerou concorrer em favor da contratação da empresa ASSOCIAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING, a sua comprovada experiência na realização de eventos de capacitação, e ainda a informação da diretoria da área solicitante sobre a validade e importância do referido curso (doc. 3407384).

Ademais, há a necessidade real de atualização dos servidores referidos acerca de temas específicos da área técnica, conforme justifica o DDH:

A Diretoria da Assessoria de Comunicação do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a convite do TRF-1ª Região, realizou o curso em pauta (certificado em anexo) avaliando-o como de grande importância para todas as assessorias da 5ª Região da Justiça Federal, sendo, inclusive, fundamental para a elaboração e o

planejamento da campanha sobre a obrigatoriedade do PJe 2.x. Além disso, a proposta se torna ainda mais relevante pela premissa de ser desenvolvida de forma alinhada à estratégia, cultura e valores da Justiça Federal da 5ª Região, por meio de uma construção conjunta do programa e gestão compartilhada entre ESPM/TRF 5ª Região.

Tratando-se de trabalho relativo a treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, o objeto se insere na definição de serviço técnico profissional especializado, contida no inc. VI, do art. 13, da Lei 8.666/93.

Cuida-se, portanto, de qualificação que redundará em benefícios não apenas àqueles Servidores, mas principalmente ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região que poderá contar com profissionais atualizados em relação aos temas atuais concernentes à comunicação contemporânea e seus novos formatos.

2.5. Da notória especialização do prestador dos serviços.

Quanto à notória especialização, deve restar configurada nos termos do § 1º do art. 25 da Lei nº. 8.666/93:

“§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato”.

No caso trazido à apreciação, a notória especialização da empresa ASSOCIAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING foi comprovada pela informação apresentada pelo DDH:

“A Escola Superior de Propaganda e Marketing tem expertise no desenvolvimento de capacitações customizadas para as instituições, sendo este um diferencial em sua proposta: Compreensão do contexto do TRF 5ª Região e levantamento das informações relevantes que possam ser importantes para os docentes na construção do programa. Além desse ponto, a diretoria da área solicitante já participou do curso em pauta tendo reconhecido sua validade e importância para a atuação dos servidores que trabalham com Comunicação na JF5.”

2.6. Justificativa de preço, e disponibilidade financeira e orçamentária.

No que concerne à justificativa de preço, vê-se que o valor previsto para outros órgãos públicos é de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), ou seja, o mesmo exigido a esta Corte (docs. 3407362 e 3407365). Restou afastada, portanto, a hipótese de abusividade.

Quanto à disponibilidade orçamentária para o atendimento do objeto da presente contratação direta, esta se encontra atestada pela Divisão de Programação Orçamentária como sendo adequada com a Lei Orçamentária para o presente exercício e compatível com o Plano Plurianual para os exercícios futuros (doc. 3411470).

2.7. Regularidade fiscal e trabalhista.

Para a comprovação da regularidade fiscal, exigida mesmo nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, foram colacionados aos autos certidões negativas e de regularidade fiscal, trabalhista e de FGTS, em conformidade com o disposto no art. 29, da Lei n.º 8.666/93.

Registre-se que a contratação direta, ou sem licitação, não afasta a exigência do preenchimento dos demais requisitos de habilitação previstos no art. 27, da Lei 8.666/93, o que restou satisfatoriamente atendido nos autos.

2.8. Ato de Inexigibilidade de Licitação. Publicação do extrato no Diário Eletrônico Judicial.

Impende ainda registrar que, em virtude do princípio da economicidade e seguindo orientação do TCU inserta no Acórdão 1.336/2006 – Plenário, Processo 019.967/2005-4, as contratações

de pequeno valor, como no caso em análise, cujo montante importa em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), podem ser dispensadas da respectiva publicação na imprensa oficial:

9.2 determinar à Secretaria de Controle Interno do TCU que reformule o SECOI Comunica n.º 06/2005, dando-lhe a seguinte redação: “a eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei n.º 8.666/93 (art. 24, incisos III a XXIV, e art. 25 da Lei n.º 8.666/93), está condicionada a sua publicação na imprensa oficial, salvo se, em observância aos princípios da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos arts. 24, I e II, da Lei n.º 8.666/93.

Todavia, vale ressaltar que, nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, quando o valor contratado estiver dentro dos limites previstos no art. 24, inc. I e II, da Lei 8.666/93, os instrumentos contratuais poderão ser publicados na forma de extrato no Diário Eletrônico deste Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em conformidade com a Resolução 29, de 26 de outubro de 2011, em observância aos princípios da publicidade, da eficiência, da simplicidade, da economia dos atos processuais e da redução dos custos operacionais, tendo em vista a disposição constante em seu art. 1º, cujo teor passo a transcrever:

Art. 1º - Instituir o Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região, com meio oficial de publicação dos atos judiciais, dos atos administrativos e de comunicação em geral.

§ 1º - O Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região substituirá a versão impressa das publicações oficiais e será veiculado, gratuitamente, no Portal da Justiça Federal da 5ª Região, na internet, no endereço www.trf5.jus.br.

§ 2º - Nos casos em que houver determinação expressa em lei, as publicações serão feitas também no formato impresso, nos órgãos de imprensa oficiais e/ou jornais de grande circulação.

§ 3º - A publicação eletrônica não substitui a intimação ou vista pessoal nos casos em que a lei assim exigir.

Destarte, na hipótese aqui em comento, recomenda-se que, em prestígio ao princípio da publicidade, o ato de inexigibilidade seja publicado no Diário Eletrônico deste Tribunal.

2.9. Formalização da contratação por meio de nota de empenho em substituição ao termo de contrato. Art. 62 da Lei 8.666/93.

Por fim, imperioso reconhecer a desnecessidade da formalização do pacto através de instrumento de contrato, com fundamento no art. 62 da Lei 8.666/93, pois o valor da presente contratação é inferior aos limites de concorrência e de tomada de preços e, em decorrência da natureza jurídica da contratação, a Administração pode substituí-lo por outros instrumentos hábeis, como a nota de empenho de despesa, ordem de execução de serviço, autorização de compra, entre outros.

Para corroborar este posicionamento, transcrevo o art. 62 do Estatuto de Licitações e Contratos:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

3. Conclusão.

Com essas considerações, restritamente aos aspectos jurídico-formais, esta Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral opina favoravelmente à inscrição dos Servidores do TRF5 e das Seções Judiciárias vinculadas, indicados no presente processo, no evento “Escrever Criativamente em Comunicação: da Publicidade ao Jornalismo”, que será realizado na modalidade *on line* pela Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) no período de 25 de abril a 04 de maio de 2023 e carga horária total de 12 (doze) horas, em conformidade com as condições insculpidas no PAD 67/2023, e

com fundamento nos termos do art. 25, inc. II, c/c o art. 26, parágrafo único, incs. II e III, ambos da Lei 8.666/93.

Ressalta-se, contudo, que as Servidoras Maria Eduarda Soares Pestana (mat. 1296) e Emanuela Silva Ribeiro (mat. 1807) só poderão participar do evento com a assinatura do Termo de Compromisso, em conformidade com a Instrução Normativa DG 1/2015.

É o parecer, que submeto à apreciação superior.

Em 21 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO GONDIM AROUCHA, DIRETOR(A) DE NÚCLEO**, em 21/04/2023, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **YURI DE MATOS MESQUITA TEIXEIRA, ANALISTA JUDICIÁRIO/ JUDICIÁRIA**, em 24/04/2023, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA KAREN DE OLIVEIRA BARBOSA, Servidora**, em 24/04/2023, às 09:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3461876** e o código CRC **638E564B**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

DESPACHO

Processo Administrativo n.º 0003737-78.2023.4.05.7000.

Acolho os termos do Parecer da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral n.º 113/2023, para:

(a) autorizar a inscrição dos Servidores do TRF5 e das Seções Judiciárias vinculadas, indicados no presente processo, no evento “Escrever Criativamente em Comunicação: da Publicidade ao Jornalismo”, que será realizado na modalidade *on line* pela Associação Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) no período de 25 de abril a 04 de maio de 2023 e carga horária total de 12 (doze) horas, em conformidade com as condições insculpidas no PAD 67/2023, e com fundamento nos termos do art. 25, inc. II, c/c o art. 26, parágrafo único, incs. II e III, ambos da Lei 8.666/93.

(b) autorizar a emissão de nota de empenho em favor da referida empresa;

(c) determinar que a participação das Servidoras Maria Eduarda Soares Pestana (mat. 1296) e Emanuela Silva Ribeiro (mat. 1807), no evento em questão, só poderá ocorrer com a assinatura do Termo de Compromisso, em conformidade com a Instrução Normativa DG 1/2015; e

(d) encaminhar os autos à Diretoria Administrativa, para conhecimento e cumprimento.



Documento assinado eletronicamente por **TELMA ROBERTA VASCONCELOS MOTTA**, **DIRETOR(A) GERAL EM EXERCÍCIO**, em 24/04/2023, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3461879** e o código CRC **F7EEB679**.